

27-04-2012

-----ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO
DE DOIS MIL E DOZE:-----

----- Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e doze, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela senhora Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelo senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do número um do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação das Atas das Sessões: Extraordinária de 27/01/2012, Ordinária de 24/02/2012 e Extraordinária de 21/03/2012. -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente. -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Pedido de suspensão do mandato da senhora Paula Cristina dos Santos Custódio, eleita pelo Partido Socialista e Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal: apreciação nos termos do art.º 77º da Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18/09. -----

----- **Ponto dois:** Eleição do Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, nos

27-04-2012

termos do art.º 46º da Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18/09. -----

-----**Ponto três:** Cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18/09: apreciação.-----

-----**Ponto quatro:** Encerramento do Processo de contratação de Empréstimo de Longo Prazo no montante de 1.888.160,00€ (um milhão, oitocentos e oitenta e oito mil, cento e sessenta euros), junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio: apreciação.-----

-----**Ponto cinco:** Prestação de Informação ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21/02: apreciação.-----

-----**Ponto seis:** Prestação de Contas 2011: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto sete:** 2ª Modificação Orçamental - 2012: 2ª Revisão ao Orçamento da Receita; 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais (PAM); 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI): apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto oito:** Aquisição de serviço de aluguer operacional de três veículos pesados de recolha de resíduos sólidos urbanos - Concurso Público Internacional: apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21/02.-----

-----**Ponto nove:** Aquisição de tintas, produtos de pré-tratamento, produtos para tratamento de madeira e diluentes para aprovisionamento do armazém municipal: apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21/02.-----

-----**Ponto dez:** Fornecimento de pneus para aprovisionamento do armazém municipal pelo período de 1 ano ou até ao valor de € 86.732,00 – Concurso Público: apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21/02.-----

-----**Ponto onze:** Aquisição de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão especial do Município de Odemira – Concurso Público Internacional: apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21/02.-----

-----**Ponto doze:** Gestão dos Recursos Humanos em função dos mapas de pessoal -

27-04-2012

Recurso a reservas de recrutamento de procedimentos concursais para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto treze:** Proposta de Alteração do Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto catorze:** Convite para Confrade de Honra da Confraria do Medronho “Os Monchiqueiros”: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto quinze:** Designação de um cidadão para integrar a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo 2012.-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas vinte horas e cinquenta minutos a senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta membros da Assembleia Municipal a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Maria de Miranda Nazaré Loureiro, António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura, Cláudia Isabel Neves Pacheco da Silva, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Eduardo Abrantes Francisco, Florival Matos Silvestre, Hélder Ledo António, Helena Maria Theodora Loermans, Idálio Manuel Guerreiro Gonçalves, Joana Nunes Cortes de Matos Figueira, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, João Palma Quaresma, Joaquim Borges Rogado (Secretário da Junta de Freguesia de Salvador, em substituição do senhor Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da referida Junta), José da Silva Valério, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, José Júlio Rosa de Oliveira, José Manuel dos Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel de Matos Sobral Penedo, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Nazário Duarte

27-04-2012

Viana e Sónia Alexandra Martins Raposo, a ausência dos senhores Abílio José Guilherme Béjinha, Alberto José Branquinho Beijinha, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel António Dinis Coelho, Márcia Cristina Viana Silva Inácio, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro. -----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da referida Câmara Municipal, Hélder António Guerreiro e Sónia Isabel Nobre Correia, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

-----Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que, à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e um de março do corrente ano, não se registou qualquer falta injustificada. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio o senhor Mário Feliciano, residente em Vila Nova de Milfontes e Presidente da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, que disse o seguinte: “Eu sou antigo combatente da guerra colonial e sou um interveniente ativo, ou fui, na revolução de abril. Estive presente aqui nas comemorações do trigésimo oitavo aniversário da revolução de abril e gostei muito. Odemira prima por aquilo que é o seu apanágio, de não deixar morrer abril. As intervenções de todos os senhores deputados, nesse dia, foram excecionais, a mim próprio sensibilizaram-me muito e eu não podia de deixar de referir isto aqui hoje. -----

-----Faz depois de amanhã um ano que eu estive também aqui nesta Assembleia Municipal para assistir à votação de um protocolo firmado entre a Câmara Municipal e a Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, onde por unanimidade, esse protocolo foi votado e permitiu que a Associação de Reformados e Idosos fosse cumprindo as suas obrigações para com a empresa que está a construir o Lar em Vila Nova de Milfontes. Porém, nessas coisas há sempre um senão e esse tem a ver exatamente com uma promessa que foi aqui

27-04-2012

feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes que disse, em determinada altura, estar muito satisfeito por ter sido agendada a discussão deste protocolo e a aprovação do mesmo e que ia atribuir um determinado valor à Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes para ajudar a superar as dificuldades financeiras que ela estava a passar. Só queria lembrar que passado um ano, essa atitude ou desabafo, não passou de uma promessa não cumprida. -----

----- Vila Nova de Milfontes não merece de facto este tipo de atitudes e muito menos a Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes que está a fazer um trabalho meritório na freguesia de Vila Nova de Milfontes e na freguesia de Longueira/ Almogrove, reconhecido por toda a gente. Passa por algumas dificuldades porque tem mesmo de passar se quer construir e se quer inovar. -----

----- A Câmara Municipal cumpriu religiosamente até se calhar antecipadamente, apercebendo-se das dificuldades financeiras que a instituição estava a passar, com aquilo que se comprometeu e eu só tenho a agradecer à Câmara Municipal pela sua atitude para com a instituição. -----

----- Sinto-me triste por estar a dizer isto hoje aqui, mas não ficaria bem comigo próprio, sendo eu um homem voluntário naquela instituição que tenho dado tudo em prol do seu desenvolvimento e até em prol do desenvolvimento da própria freguesia, porque aquele empreendimento vai contribuir para o bem-estar e desenvolvimento da terra. -----

----- Não podia deixar de vir aqui. Muito obrigado!” -----

----- Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalhos. -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES: EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE,

27-04-2012

ORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE E EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E UM DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE:

Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das atas em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a leitura das mesmas, sendo imediatamente submetidas à apreciação. -----

----- a) ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE:-----

-----Foram efetuadas as devidas correções da ata, propostas pela senhora Joana Figueira presente na respetiva reunião, procedendo-se de seguida à sua votação.-----

-----O texto definitivo da ata em causa foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

-----A senhora Ana Loureiro, eleita pelo Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Declaração de Voto verbal: “Abstive-me na votação porque à data da reunião a que respeita a ata ainda não tinha tomado posse como membro da Assembleia Municipal”. -----

----- b) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE:-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da ata em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e

27-04-2012

uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- c) ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E UM DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE:-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da ata em causa, a qual foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, cinco abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e quatro abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** APRECIACÃO DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio a senhora Ana Loureiro que fez a seguinte intervenção sobre o falecimento de Miguel Portas: “Na primeira intervenção nesta Assembleia Municipal venho, em nome do Bloco de Esquerda, reconhecer e agradecer todas as manifestações de pesar que, tantos e de tantas diversas formas, nos fizeram chegar pela súbita notícia, sempre inesperada e sobretudo indesejada, da partida de Miguel Portas. -----

27-04-2012

-----O reconhecimento da perda, muito grande, ultrapassa as fronteiras, quer partidárias, quer mesmo nacionais.-----

-----Homem de Esquerda, português e europeísta convicto, desassombrado e corajoso, firme nas convicções, sempre disposto ao diálogo, disposto a sustentar ruturas, mas sempre aberto a convergências que defendeu e praticou ativamente, crítico por convicção mas sempre com “um brilhozinho nos olhos” carinhosos, envolventes e emocionalmente disponíveis para um sorriso de esperança, assim partiu o Miguel - sem nunca desistir! -----

-----Nem na vida, nem na morte!-----

-----Pode o Homem ter desaparecido. Fica a obra. -----

-----Pode o Deputado Europeu já não se fazer ouvir. Ficam as ideias, traduzidas no universal idioma da utopia boa a prosseguir. -----

-----Fica ainda a dor de perda de um camarada, de alguém sempre disponível para a luta justa. ----

-----Ficam as lutas justas a combater, sempre, com ele na lembrança. -----

-----E ainda há tanto por lutar! -----

-----Lutar por um Portugal socialmente mais justo, integrado numa Europa solidária em que o Homem vale mais do que a Finança. -----

-----Numa Europa que aprende com a História e reconhece a riqueza que advém da diversidade cultural e social, alimentada e sustentada numa paz e cooperação duradouras, sem o domínio ditatorial do novo império dos ditos “mercados financeiros”. -----

-----Miguel deixou-nos na véspera do 38º aniversário do 25 de Abril de 74. -----

-----Mas estará sempre (e já agora!) connosco no dia do seu aniversário, o dia 1º de Maio. Sabemos que o Miguel estará sempre cá na procura de novas convergências à Esquerda e de alternativas às políticas desastrosas que, no plano nacional e europeu, arrastam consigo maior pobreza e novas ameaças à Democracia que teve a Grécia como berço. -----

27-04-2012

----- Obrigado Miguel. -----

----- Não te esqueçamos”.-----

----- Seguidamente apresentou a Proposta e a Moção que se transcrevem na íntegra:-----

-----“**PROPOSTA**-----

----- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MIGUEL PORTAS-----

----- No dia 24 de Abril, em Antuérpia, faleceu Miguel Portas, com 53 anos de idade.-----

----- Ao longo de toda a sua vida, Miguel Portas destacou-se como um exemplo de coragem e de determinação nas lutas políticas em que se envolveu. -----

----- Ativista contra a ditadura desde jovem, Miguel Portas foi preso pela PIDE quando tinha apenas 15 anos. Militante do PCP entre 1974 e 1989 esteve sempre empenhado na transformação da esquerda. Em 1999, foi um dos fundadores do Bloco de Esquerda, movimento do qual foi dirigente e um dos principais impulsionadores. -----

----- Miguel Portas era, desde 2004, deputado ao Parlamento Europeu, onde granjeou o respeito e a admiração de parlamentares de variados quadrantes políticos. -----

----- Economista de formação, exerceu a profissão de jornalista. Foi diretor da revista cultural “Contraste” e depois redator e editor de política internacional do semanário “Expresso”. Fundou o semanário “Já” e a revista “Vida Mundial”, dos quais foi diretor. Também foi cronista no “Diário de Notícias” e no semanário “Sol”, bem como na “Antena 1”. Foi ainda assessor de Jorge Sampaio na presidência da Câmara de Lisboa, ocupando-se de assuntos culturais. -----

----- Foi autor de dois documentários realizados para televisão: Mar das Índias (coprodução entre a RTP e a Comissão dos Descobrimentos) e Périplo – Histórias do Mediterrâneo. Foi ainda autor de três livros publicados: “E o resto é paisagem”; “Líbano – entre guerras, política e religião” e “Périplo”.-----

----- Miguel Portas foi simultaneamente um político e um homem de grande cultura,

27-04-2012

européista e internacionalista, que se distinguiu pela procura de caminhos novos na intervenção política. A sua morte empobrece Portugal e a Europa.-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira, reunida a 27 de Abril de 2012, aprova um voto de pesar pela morte de Miguel Portas e apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” -----

----- **“MOÇÃO** -----

-----EM DEFESA DO IDEAL REPUBLICANO E PELA CONTINUAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO 05 DE OUTUBRO-----

-----O Governo, no âmbito das imposições da Troika, decidiu extinguir uma série de feriados nacionais, dois religiosos e dois civis – o feriado do “1º de Dezembro” e do “ 5 de Outubro”; -----

-----A justificação economicista da produtividade e da competitividade que sustenta a sua eliminação é falaciosa e, contrariamente ao que o Governo insinua, Portugal não é de facto o país com mais feriados, apesar de ser um dos países da União Europeia com maior carga horária laboral; -----

-----Trata-se de uma agenda que encerra acerto de contas com sabor a vingança ideológica contra o modelo de sociedade que consagra o descanso e o lazer como forma de bem-estar; -----

-----A eliminação dos feriados está objetivamente em justa linha com o retrocesso civilizacional que consiste numa espécie de regresso à semana-inglesa ao pretender impor mais horas de trabalho não pago; -----

-----Como dizia um manifesto subscrito por vários historiadores, “a supressão de feriados, baseada em tal falácia é, na realidade, um ataque ao lazer dura e tardiamente conquistado pelos portugueses, na mesma linha de violência antissocial da proposta que visa impor meia hora de trabalho não pago. O Governo faz mesmo tábua rasa de tudo o que se sabe e é, pacificamente, aceite nos nossos dias sobre os lazeres como fonte de conhecimento e de retemperamento

27-04-2012

indispensáveis a um processo sustentado de desenvolvimento económico e social.”; -----

-----Esse manifesto considerou ainda, justamente, que “Atacar os marcos simbólicos da memória e da cidadania é o primeiro passo para ofender os direitos que eles representam e protegem”;-----

-----Numa altura em que o país atravessa a maior das crises económicas de sempre, em que a sua soberania económica e financeira está seriamente beliscada, em que, no quadro da União Europeia, o eixo franco-germânico nos dita regras de governação económica e não só, a república é um dos últimos baluartes da salvaguarda da dignidade dos portugueses;-----

-----Como o demonstraram as recentes celebrações do Centenário da República, por todo o país, com toda a carga simbólica e material que o advento do republicanismo representou e ainda representa na sociedade portuguesa; -----

-----A Assembleia Municipal de Odemira, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de Abril de 2012, decide repudiar a eliminação do feriado do 5 de Outubro, bem como de todos os restantes feriados civis. -----

-----Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, CGTP, UGT, comunicação social nacional e regional.” -----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que referiu que estava a ser construído um depósito de água na zona dos Foros do Freixial, em Vila Nova de Milfontes, pelo que perguntou quais seriam as zonas que ficariam abrangidas por aquele equipamento, lembrando que o Galeado já estava contemplado, mas existiam algumas habitações no outro lado da estrada que não estavam incluídas. -----

-----Interveio o senhor João Quaresma que relativamente à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Nova de Milfontes referiu que a obra esteve parada durante cerca de três meses e por esse facto perguntou se existia alguma informação a esse respeito, se haveriam

27-04-2012

mais interrupções e esperava que a partir de agora a obra corresse mais fluida e que não estivesse em causa o tratamento de esgotos durante a época balnear. -----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o depósito de água iria abastecer uma área bastante extensa e tinha por objetivo não só abastecer a zona da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica, mas também os Alagoachos, os Foros do Freixial e a Alpendurada. Disse ainda que a execução da extensão de rede tinha sofrido um compasso de espera porque a obra de construção do depósito sofreu um atraso na execução, prevendo-se a conclusão da mesma dentro de cerca de dois meses. Referiu também que no caso da Alpendurada cerca de vinte habitações tinham restrições por se tratar de uma propriedade privada, com alteração de proprietários, estando agendada uma reunião para analisarem a questão.- -----

----- Quanto à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Nova de Milfontes informou que segundo informação da empresa Agda - Águas Públicas do Alentejo, S.A, o empreiteiro faliu e teve de ser substituído o que obrigou a algumas formalidades, no entanto, tinha sido comunicado pela Agda, S.A. que a situação já estava resolvida e que a obra iria iniciar de imediato e que iriam recuperar o atraso. Por último, disse que estava um pouco cético quanto à sua conclusão antes do verão e por esse motivo iria verificar esse assunto com a empresa. -----

-----Interveio novamente a senhora Ana Loureiro que relativamente às Moções apresentadas por ela na última sessão ordinária e aprovadas pela Assembleia Municipal, perguntou qual tinha sido a decisão tomada relativamente ao encerramento dos Centros Novas Oportunidades e, bem assim, se já existia uma ideia de quantas crianças dentro das subsidiadas usufruíam de pequeno-almoço na escola, uma vez que aquele programa já tinha sido aprovado.-

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que tinha reencaminhado para os representantes das forças políticas a correspondência que acusava a

27-04-2012

recepção das Moções pelos destinatários propostos nos textos das mesmas. Disse ainda que a Assembleia Municipal tinha efetuado o que estava dentro do âmbito das suas competências. Quanto ao pequeno-almoço nas escolas informou que o Bloco de Esquerda estava a enviar questionários a nível nacional para as escolas para efetuar um levantamento do número de crianças abrangidas. -----

----- Interveio o senhor Hélder António, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, que referiu que em algumas zonas da Zambujeira do Mar, as ruas e os jardins, encontravam-se cheias de dejetos de cães e lembrou que antigamente existia no Município uma carroça que apanhava nas freguesias os cães vadios. Em face do exposto, perguntou se esse serviço ainda existia. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à questão levantada pela senhora Ana Loureiro, sobre as Moções aprovadas na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, referiu que as propostas ou sugestões apresentadas não eram de competências municipais, mas sim de competências da administração central. Informou ainda que sempre que se pretenda que a atividade municipal desenvolva competências da responsabilidade da administração central devem ser estabelecidos protocolos de colaboração ou parcerias que devem ser acompanhados da transferência dos respetivos meios financeiros para as executar. Referiu também que a atribuição de pequenos-almoços nas escolas começava a ser uma realidade em muitas autarquias, mas esse facto também tinha a ver com a especificidade de cada uma, lembrando que em Odemira, já existiam muitas dificuldades no fornecimento de refeições escolares, designadamente devido a fatores relacionados com as deslocações, as formas de contratação e outras dificuldades. -----

----- Por último, disse que a Assembleia Municipal poderia sugerir à Câmara Municipal a realização de uma série de competências que não são suas, no entanto, essa sugestão devia ter em conta que normalmente as verbas necessárias à sua execução não estão previstas no

27-04-2012

orçamento e não se tratam de competências exclusivas da autarquia. -----

-----Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar informou que a carroça do saudoso Badinha já não existe, mas se houver necessidade de efetuar esse serviço, bastava que fosse enviado para o Município de Odemira o pedido para que se pudesse programar o serviço.-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação e deliberação os documentos apresentados neste ponto da Ordem de Trabalhos:-----

-----a) **Proposta**, apresentada pela senhora Ana Loureiro, eleita pelo Bloco de Esquerda, sobre “Voto de Pesar pelo Falecimento de Miguel Portas”.-----

-----Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que referiu que se associava ao voto de pesar em causa, porque se tratava de uma pessoa que, embora não pertencesse ao seu quadrante político, era um eurodeputado português, com um historial a nível jornalístico e uma maneira acérrima de defender os seus ideais que respeitava.-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal; -----

-----b) **Moção**, apresentada pela senhora Ana Loureiro, eleita pelo Bloco de Esquerda, sobre “Em defesa do ideal republicano e pela continuação da celebração do 05 de outubro”.-----

-----Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que relembrou que Portugal era um país maioritariamente católico e naquela Moção não havia uma distinção entre feriados religiosos e feriados civis, pois ia apenas no sentido de “repudiar” a eliminação dos feriados civis. Em face

27-04-2012

do exposto, considerou que se tratava de uma Moção que se enquadrava dentro do pensamento da maioria das pessoas, mas parecia que ficava um pouco a meio do sentimento geral e nesses moldes tinha muitas dúvidas em votá-la favoravelmente. -----

----- Interveio a senhora Ana Loureiro que referiu que Portugal era um Estado Laico, com todo o respeito pelas ideologias religiosas que cada um pudesse ter. Relativamente ao feriado de cinco de outubro perguntou se, sem ele, faria sentido festejarem o vinte e cinco de abril. Considerou ainda que os feriados religiosos eram importantes para a maioria da população, no entanto, tinham sido preservados os que eram mais relevantes para a comunidade católica, como por exemplo o Natal e a Páscoa. -----

----- Interveio a senhora Joana Figueira que reiterou a intervenção da senhora Ana Loureiro e referiu que desde o final da década de noventa, na revisão da Concordata, Portugal foi considerado um Estado Laico. Disse também que não era verdade que a Santa Sé tenha confirmado o número de feriados religiosos que seriam extintos. -----

----- Revelou ainda que no entendimento dos eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, o facto de se suprirem alguns feriados não tinha a ver com uma visão economicista ou de aumento das horas de trabalho, como tinha sido referido. -----

----- Disse também que, face à conjuntura atual, alguma coisa tinha de ser feita e lembrou que no argumento da troika era referido que, devido à falta de produtividade em Portugal, deviam de ser acrescentadas mais horas de trabalho. -----

----- Interveio o senhor João Quaresma que subscreveu a intervenção da senhora Ana Loureiro e lembrou que Portugal era acima de tudo um Estado Laico que sempre respeitou a liberdade religiosa. Quanto á intervenção da senhora Joana Figueira considerou que a abolição dos feriados não tinha nada a ver com a produtividade e deu como exemplo um país que tinha um índice de produtividade acima da média mundial e tinha mais feriados que Portugal e um ordenado mínimo de cerca de três mil euros. Considerou ainda que a associação dos dias de

27-04-2012

descanso à falta de produtividade tinha de ter em conta uma análise da forma como o trabalho estava organizado e da atividade laboral. -----

-----Em relação à produtividade disse ainda o seguinte: “Temos provas dadas pelos nossos trabalhadores que vão para os quatro cantos do mundo. Só aqui é que não são produtivos? São produtivos apenas no estrangeiro? Devemos é ver onde anda o desperísimo e a má gestão da força de trabalho e dos recursos existentes. Diminuir feriados para aumentar a produtividade é a mesma coisa que bater mais vezes com o chicote no escravo. A motivação dele não vai subir, vai chegar a um ponto que ou entra em rotura ou revolta-se”.-----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referiu que iria votar contra aquela Moção porque ainda não estavam definidos os feriados que iriam acabar, quer religiosos quer civis.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que informou que iria votar a favor porque deviam lutar antes das situações estarem definidas, uma vez que depois seria mais difícil alterar o que quer que seja. -----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção em causa, a qual foi aprovada por maioria, com um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, sete votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e onze abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. ---

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**Ponto um:** PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DA SENHORA PAULA

27-04-2012

CRISTINA DOS SANTOS CUSTÓDIO, ELEITA PELO PARTIDO SOCIALISTA E SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Foi presente o pedido de suspensão de mandato de membro da Assembleia Municipal, pelo período de um ano, apresentado pela senhora Paula Cristina dos Santos Custódio, eleita pelo Partido Socialista, que ficará arquivo no maço de documentos da presente sessão. O citado pedido foi enviado por escrito nos termos do número dois do artigo setenta e sete da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que alterou a Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, e deu entrada na Assembleia Municipal no dia vinte de março do corrente ano.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, o pedido de suspensão em causa foi devidamente apreciado.-----

----- Encontrando presente o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, procedeu-se à substituição, nos termos dos números seis e sete do artigo setenta e sete, conjugado com o artigo setenta e nove da Lei anteriormente referida, tomando posse o senhor Bernardo Manuel Gaspar Marreiros Matos.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas ao novo membro que entrou imediatamente em funções na Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto dois:** ELEIÇÃO DO SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, QUE ALTEROU A LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO: Na sequência do pedido de suspensão de mandato da senhora Paula Cristina dos Santos Custódio, eleita pelo Partido Socialista, que exercia funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se a nova eleição nos termos do artigo quarenta e seis da Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro,

27-04-2012

que alterou a Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro.-

-----Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve:-----

-----“O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Odemira propõe para 2º Secretário da Mesa da Assembleia a deputada Helena Maria Theodora Loermans.” -----

-----Não havendo mais sugestões para a eleição em causa, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que alterou a Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: trinta e um votos;-----

-----Votos a favor: vinte e um votos; -----

-----Contos contra: dois votos; -----

-----Votos (abstenção): oito votos.-----

-----Em face do exposto, foi eleita para Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, com vinte e um votos a favor, dois votos contra e oito abstenções, a senhora Helena Maria Theodora Loermans. -----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal convidou a senhora Helena Loermans a integrar de imediato a Mesa da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto três:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo

Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de fevereiro a trinta e um de

27-04-2012

março do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Não se registou qualquer pedido de esclarecimento.-----

----- A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento. -----

----- **Ponto quatro:** ENCERRAMENTO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1.888.160,00€ (UM MILHÃO,

OITOCENTOS E OITENTA E OITO MIL, CENTO E SESSENTA EUROS), JUNTO DA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE S. TEOTÓNIO: Foi presente a proposta que

seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “8 - ASSUNTO N.º 0255-2012 - ENCERRAMENTO DO PROCESSO DE

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1.888.160,00€

(UM MILHÃO, OITOCENTOS E OITENTA E OITO MIL, CENTO E SESSENTA EUROS),

JUNTO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE S. TEOTÓNIO-----

----- Foi presente a informação n.º 2012/191, datada de 16/04/2012, da Divisão Financeira

e de Aprovisionamento, a dar conhecimento que o senhor Secretário de Estado do Orçamento

indeferiu o pedido de exceção para contratação do empréstimo a longo prazo no

montante de 1.888.160,00€ (Um milhão, oitocentos eoitenta e oito mil, cento e sessenta euros)

e, bem assim, a propor o cancelamento do contrato de empréstimo supra, tendo em conta que o

deferimento do pedido de exceção era condição essencial para a obtenção do visto do

Tribunal de Contas. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos

termos propostos, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para deliberação.” --

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que referiu que em todos os orçamentos

existiam receitas irrealistas e era demasiado óbvio que aquela receita seria irrealista. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que a Câmara

27-04-2012

Municipal pretendeu efetuar aquele empréstimo de forma excepcionada, para não contar para os limites de endividamento, no entanto, podiam tê-lo feito de outra forma. -----

-----Sobre este assunto referiu também que os sessenta e oito pedidos de autorização para excepcionar empréstimos efetuados no ano anterior pelas autarquias tinham sido todos indeferidos pelo senhor Ministro de Estado e das Finanças. -----

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que lembrou que apesar de a Câmara Municipal ter enviado o assunto para deliberação, este órgão apenas iria tomar conhecimento do encerramento do processo e, nesse sentido, perguntou se existiam alguma opinião contrária àquela decisão. Não se registou qualquer intervenção. -----

-----A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento.-----

-----**Ponto cinco:** PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO ABRIGO DA LEI NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO: Foi presente o assunto que seguidamente se transcreve e que ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -- -----

-----“9 - ASSUNTO N.º 0256-2012 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO ABRIGO DA LEI N.º 8/2012, DE 21/02 -----

----- Foi presente a informação n.º. 190/2012, datada de 16/04/2012, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, a informar que nos termos Lei n.º 8/2012, de 21/02, os compromissos plurianuais existentes a 31/12/2011 encontravam-se devidamente registados na base de dados do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) e, bem assim, que os recebimentos em atraso existente àquela data são no valor de 10.455,50 € (dez mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta cêntimos) e ainda que os pagamentos em atraso existentes a 31/12/2011, importam num total de 2.049.864,30 € (dois milhões, quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e trinta cêntimos). -----

-----Propõe-se que seja tomado conhecimento e, bem assim, que seja remetido à

27-04-2012

Assembleia Municipal nos termos legais.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

-----Não se registou qualquer pedido de esclarecimento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento. -----

-----**Ponto seis: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DOIS MIL E ONZE**: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -- -----

-----“10 - ASSUNTO N.º 0257 - 2012 - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011 -----

-----Foi presente a informação n.º 189/2012, datada de 16/04/2012, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, bem como, os documentos relativos à Prestação de Contas do ano de 2011:-----

-----I – Relatório de Gestão; -----

-----II – Anexos às Demonstrações Financeiras; -----

-----III – Mapas de Prestação de Contas – apresentados de acordo com a Resolução 4/2001, de 18 de Agosto, do Tribunal de Contas; -----

-----IV – Certificação Legal das Contas -----

-----Propõe-se a aprovação dos documentos relativos à Prestação de Contas referente ao ano 2011, bem como, o envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, de acordo com a alínea e) do n.º.2 do artigo 64.º da Lei n.º.169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo ambos apresentado Declarações de Voto.-----

27-04-2012

-----Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a seguinte Declaração de Voto escrita: -----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----Em 13 de Dezembro de 2010, quando da apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011, dizíamos nós que esses documentos eram irrealis e isso mesmo veio a verificar-se perante a Prestação de Contas. -----

-----De uma previsão inicial total de receitas de 39.915.000,00€, corrigida no ano para 40.313.295,96€, afinal esta ficou-se pelos 28.568.039,82€, pelo que tínhamos razão quando falávamos em “empolamentos” pois arrecadaram-se menos 30% do orçamentado.-----

-----•Refira-se que as receitas correntes arrecadadas sofreram apenas uma diminuição de 413.373,00€ do inicialmente previsto, sendo de realçar que a grande queda nas receitas verificou-se nas receitas de capital, onde se arrecadaram apenas por 8.431.661,48€, quando inicialmente se previa arrecadar 19.375.000,00€.-----

-----•A prestação de contas desfez a ilusão exagerada no Plano e Orçamento para 2011, representando menos 57% em receitas de capital. -----

-----A despesa total inicialmente prevista de 39.915.000,00€, corrigida para 40.313.295,96€, ficou em 26.805.439,30€ representando 33,5% a menos do previsto.-----

-----•É de realçar que a despesa corrente de 20.540.000,00€ prevista inicialmente ficou em 19.295.413,64€, isto é menos 1.244.586,36€, mas a despesa de capital dos 19.375.000,00€ foram executados apenas 7.510.025,66€, sendo que deste valor em aquisições de capital (investimentos-obras) apenas se investiram 3.783.151,10€, valores estes, na sua maioria, referentes a pagamentos de obras por concluir e a outros compromissos assumidos. -----

-----Em resumo, diremos que não compreendemos que o Município em 31 de Dezembro de 2011 tenha transitado com o saldo em dinheiro de 2.397.896,48€ e não tenha executado obras tão necessárias nas diversas freguesias, algumas há muito prometidas.-----

27-04-2012

----- Tal como o dissemos quando da apreciação do Plano e Orçamento para o ano 2011, o tempo nos deu razão e a verdade vem sempre ao de cima.-----

----- Nessa data dissemos: -----

----- • “Este Orçamento é irreal e está sobrevalorizado em muitos milhões de euros na parte da receita.”-----

----- • “Reafirmamos que, quando a Autarquia deixar de ter acesso aos Fundos Comunitários e a possibilidade de fazer novos empréstimos, poucas alternativas restarão a não ser taxar ainda mais fortemente os cidadãos para manter a máquina burocrática.”-----

----- • “Verificamos que alguns passos já vão sendo dados nesse sentido, pois nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 propõe-se cobrar aos cidadãos mais TAXAS, TARIFAS, IMI, DERRAMA, IRS, de que se destacam, pelo aumento brutal previsto na cobrança de tarifas, as relativas à cobrança da água, à recolha dos esgotos e do lixo.”-----

----- • “Pelo que referimos (e pelo muito que fica por referir), consideramos que as Grandes Opções do Plano são meras ilusões, não existe qualquer estratégia, tal como o governo central faz “aumentam-se os impostos e as contribuições de toda a natureza possível e descaradamente afirma-se nos órgãos de comunicação que há mais justiça”, o caminho com um novo rumo que dizem estar a trilhar não se vê, as propostas que dizem serem realistas, a nosso ver, são um “pacote” cheio de interrogações e retratam que de facto não existem novas ideias.”

----- Por tudo o que dissemos e que hoje a prestação de contas veio confirmar, votamos contra os documentos em apreciação. -----

----- Odemira, 19 de Abril de 2012-----

----- Os Vereadores da CDU,-----

----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro -----

----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas -----

----- a) António Manuel Assude Ferreira.”-----

27-04-2012

-----Os eleitos pelo Partido Socialista apresentação a seguinte Declaração de Voto escrita:

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA NA
CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA -----

-----O ano de 2011 foi o segundo ano completo do atual mandato autárquico, numa época marcada pelas restrições orçamentais e pela incerteza do quadro macroeconómico nacional e internacional. -----

-----Este quadro de referência condicionou significativamente a política municipal, tendo exigido uma gestão autárquica que promoveu o equilíbrio entre a realidade actual e a ambição das suas realizações, a sustentabilidade dos investimentos e dos serviços prestados, tendo como referência o máximo aproveitamento dos Fundos Comunitários do QREN 2007/2013.-----

-----Tendo por base a proposta de orçamento de estado para 2011, confirmou-se a tendência de redução de receitas municipais provenientes das transferências do estado, traduzida no caso de Odemira num montante superior a 1 milhão e quatrocentos mil euros, correspondente a um corte de 8,6% relativamente aos valores previstos no orçamento de estado de 2010. -----

-----Os reflexos destas medidas foram inevitáveis, traduzindo-se em Odemira, pela necessária contenção da despesa e redução do deficit na prestação de alguns serviços municipais, medidas que foram implementadas em 2010 e que tiveram continuidade em 2011, levando à reprogramação de alguns investimentos e à redução de custos em atividades, em parcerias, em diversos protocolos e acordos de colaboração e com o pessoal, tendo este último reduzido em 11,3% e a despesa corrente global diminuído 1,8%. -----

-----Mesmo neste quadro, gerindo constrangimentos financeiros delicados, verifica-se pelo Relatório de Gestão de 2011 que a Câmara Municipal de Odemira continuou o processo de concretização do desenvolvimento do concelho, realizando um trabalho intenso, construído por um vasto conjunto de parcerias com os Cidadãos, as Associações, o Governo e outras Entidades

27-04-2012

da Administração Central e Local, com destaque especial para as parcerias com as 17 Juntas de Freguesia do concelho. -----

----- No ano 2011 e apesar das dificuldades, foram concretizadas boa parte das perspetivas gizadas e presentes aquando da apresentação, apreciação e aprovação do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2011 em Dezembro de 2010 quer pelo Órgão Executivo quer pela Assembleia Municipal.-----

----- Apesar do contexto descrito, a despesa de Capital em 2011, foi de mais de 7,5 milhões de euros. -----

----- A verdade é que se constata que o ano 2011 foi um ano de intensa atividade, fruto e consequência do trabalho desenvolvido nos últimos anos e de apostas determinadas de crescimento sustentado em candidaturas, parcerias e protocolos.-----

----- Mais se constata que em 2011 se deu início à concretização da Requalificação urbana de Odemira e da realização de um terço do capital social da responsabilidade do Município de Odemira na Sociedade Polis do Litoral Sudoeste. -----

----- Das Escolas às Estradas, do Saneamento Básico aos equipamentos Sócio-Culturais, dos Parques infantis, da Qualificação Urbana, das Piscinas à Biblioteca, assistiu-se à realização de obras e prestação de serviços, com o objetivo de elevar a qualidade de vida de todos nós. ----

----- A realização de atividades na área da Ação Social, na Educação, na Juventude, na Cultura, nas novas Tecnologias da Informação e na Comunicação, no Ambiente, no apoio ao trabalho das Associações, nas várias iniciativas realizadas, são sem dúvida, outro tipo de obra que assinala a construção de solidariedade entre todos, fundamental para a construção de uma melhor qualidade de vida, numa sociedade mais ativa e participativa, com particular destaque para a realização do 1º Orçamento Participativo em Odemira. -----

----- De destacar igualmente um vasto conjunto de iniciativas e participações e/ou liderança em parcerias para a concretização de projetos de dimensão municipal, regional e

27-04-2012

nacional, dos quais se destacam; a conclusão e início do funcionamento do Matadouro do Litoral Alentejano, a concretização de projetos no âmbito do Polis do Litoral Sudoeste, a construção da ETAR de Vila Nova de Milfontes pela Agda, SA - Águas “em Alta” da Região do Alentejo Litoral, Baixo, e Alentejo Central, a inauguração da UTMB – Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico da Ambilital, EIM - do Sistema de Gestão dos Resíduos do Litoral Alentejano incluindo Aljustrel e Ferreira do Alentejo, a promoção no âmbito do Pólo de Turismo do Litoral Alentejano e Entidade Regional de Turismo do Alentejo, e de diversos projetos da CIMAL - Comunidade InterMunicipal do Alentejo Litoral. -----

-----Neste contexto, face ao trabalho desenvolvido patente no Relatório de Atividades, à clareza da documentação apresentada e aos resultados obtidos, os eleitos do Partido Socialista no Executivo Municipal VOTAM FAVORAVELMENTE a PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011 da Câmara Municipal de Odemira, saudando todos quantos estiveram envolvidos nas suas realizações em 2011, pelo contributo que foram capazes de dar.-----

-----Odemira 19 de Abril de 2011,-----

-----Os Eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Odemira, -----

-----a) José Alberto Candeias Guerreiro -----

-----a) Hélder António Guerreiro-----

-----a) Sónia Isabel Nobre Correia -----

-----a) Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso”. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu a uma explicação detalhada da proposta em causa, em suporte *power point*, tendo também sido visionado um pequeno filme alusivo às atividades desenvolvidas no concelho. -----

-----Interveio o senhor João Quaresma que considerou que o filme daria um excelente *spot* de promoção turística do concelho. Em relação às Contas, considerou que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha transmitido uma mensagem de algum otimismo face a algumas

27-04-2012

questões, nomeadamente à diminuição da dívida essencialmente a curto prazo e a uma contenção da dívida a médio e longo prazo. Tendo em conta a evolução da gestão autárquica até à data, perguntou se não teriam de começar a equacionar outro modelo de gestão ou outra forma de olhar para as contas, uma vez que as transferências do Estado que eram basilares para o orçamento tem tendência a diminuir. Nesse sentido, considerou que seria um pouco cedo de mais para ficarem otimistas com aqueles números. -----

----- Quanto à gestão da água considerou que tem sido uma questão muito controversa e, bem assim, referiu que existia um paradigma defendido pela esquerda a que ele pertencia, que se opunha fortemente contra aquela forma de gerir um recurso importante. Relembrou ainda que estavam a pagar a água mais cara e que as ditas contrapartidas ainda não tinham aparecido. Nesse sentido, questionou se a Câmara Municipal estava disposta a romper com aquela adesão e a voltar ao sistema antigo, caso aquela situação se prolongasse por mais tempo, porque para já considerava que estavam a ser defraudados. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que não estava otimista mas sim realista e informou que as receitas, o modelo de gestão e as transferências são um grande desígnio no momento, atendendo à conjuntura atual. Revelou ainda que desconhecia se o novo modelo de gestão autárquica iria continuar a contar com receitas próprias das autarquias ou se seria diferente, através da obtenção de um valor de receita tendo em conta uma percentagem da totalidade dos impostos recolhidos pelo Estado. -----

----- Considerou também que era importante que fossem aproveitadas ao máximo as verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional e para isso seria necessário estarem preparados, terem projetos e capacidade financeira para os executar, no que respeitava à percentagem que era da responsabilidade municipal. -----

----- Referiu ainda que neste momento não existiam outras formas de “inventar” receita e lembrou que as famílias não suportam mais aumentos da despesa. -----

27-04-2012

----- Quanto à água lembrou que a totalidade da fatura abrangia também os esgotos e os resíduos sólidos. Considerou ainda que em alguns aspetos tinham existido melhorias que só foram possíveis porque obtiveram mais receita, dando como exemplo a lavagem dos contentores e o novo modelo de faturação. -----

----- Informou também que no ano passado tinham adquirido um carro do lixo e, no momento, estava proposto o aluguer em leasing de mais três viaturas, lembrando que a verba para essas aquisições era oriunda dos impostos ou das tarifas. -----

----- Disse ainda que, no momento, ao gerirem o sistema de água não tinham depois capacidade para o ampliar e atualizar e, para obter as verbas comunitárias, tinham de respeitar as diretrizes europeias. -----

----- Por último considerou que apesar de todas as restrições, o Município de Odemira estava a tentar “remar contra a maré” e desafiou a analisarem, no conjunto dos municípios a sul do Tejo, quais estavam a conseguir concretizar novos investimentos. -----

----- Interveio novamente o senhor João Quaresma que lembrou que o dinheiro só tinha uma fonte e depois de colocado em circulação regressava à mesma fonte e, bem assim, referiu que quando mencionou que se deveriam começar em equacionar outras alternativas de receita não estava a referir-se a sacrificar algo, mas a sugerir que se fizesse uma reflexão. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão

para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- **Ponto sete:** SEGUNDA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL DO ANO DOIS MIL E DOZE; SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM); SEGUNDA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “11 - ASSUNTO N.º 0258-2012 - 2ªMODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2012: -----

----- 2ªREVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA -----

----- 2ªREVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA -----

----- 1ªALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)-----

----- 2ªREVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)-----

----- Foi presente a informação nº.186/2012, datada de 16/04/2012, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, a apresentar a 2ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2012, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 2ª.Revisão ao Orçamento da Receita, 2ªRevisão ao Orçamento da Despesa, 1ª. Alteração ao Plano de Atividades Municipais (PAM) e 2ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresentava os seguintes valores: -----

----- ORÇAMENTO DA RECEITA: -----

----- Inscrições/reforços: 2.397.896,48€ (Dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e oito cêntimos); -----

----- Diminuições/anulações: 3.516.000,00 € (Três milhões, quinhentos e dezasseis mil euros). -- -----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA: -----

27-04-2012

-----Inscrições/reforços: 1.065.496,48€ (Um milhão, sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e seis euros e quarenta e oito cêntimos);-----

-----Diminuições/anulações: 2.183.600,00€ (Dois milhões, cento e oitenta e três mil e seiscentos euros). -----

-----PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS: -----

-----Inscrições/reforços: 50.500,00€ (Cinquenta mil e quinhentos euros);-----

-----Diminuições/anulações: 1.263.600,00€ (Um milhão, duzentos e sessenta e três mil e seiscentos euros. -----

-----PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

-----Inscrições/reforços: 524.500,00 € (Quinhentos e vinte e quatro mil e quinhentos euros); -- -----

-----Diminuições/anulações:925.000,00 € (Novecentos e vinte e cinco mil euros). -----

-----Propõe-se a aprovação e envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.” -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto oito:** AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE ALUGUER OPERACIONAL DE TRÊS VEÍCULOS PESADOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL: Foi presente a proposta que seguidamente se

27-04-2012

transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito barra dois mil e doze de vinte e um de fevereiro:-----

-----“7 - ASSUNTO N.º 0248-2012 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE ALUGUER OPERACIONAL DE TRÊS VEÍCULOS PESADOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL-----

-----Foi presente a informação nº 183/12/CMP datada de 2012/04/13, elaborada pela Divisão Financeira e de Aprovisionamento, na qual consta que por deliberação de Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada em 2011/06/02, procedeu-se à abertura do procedimento de aquisição do serviço de aluguer operacional de três veículos pesados de recolha de resíduos sólidos urbanos, nos termos da alínea b), nº1, art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, tendo o serviço em apreço sido adjudicado em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 2011/11/03 e o respetivo contrato escrito celebrado em 16/02/2012. ---

-----Da informação supracitada consta ainda que não foi solicitada autorização prévia à Assembleia Municipal, porque todos os atos administrativos foram anteriores à entrada em vigor da Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, no entanto, por questões de transparência, propõe-se o envio do contrato supra à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), nº1, art.º 6º da Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro. -----

-----Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento e, bem assim, que seja submetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

-----A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e aprovou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.” -----

-----Interveio o senhor João Quaresma que perguntou se tinham analisado as eventuais formas de aquisição daquelas viaturas e, bem assim, como tinham chegado à conclusão que aquela seria a forma mais económica e mais rentável de adquiri-las. -----

27-04-2012

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a frota de recolha de resíduos sólidos do Município precisava de ser substituída, porque a despesa com reparações e manutenções dos veículos estava a aumentar de tal forma que após análise do assunto foi considerado que seria mais vantajoso proceder à sua substituição. Informou ainda que no ano passado procederam à aquisição de uma viatura que rondou os cento e oitenta mil euros, mas que ao longo do tempo necessitará de manutenção e conservação. A aquisição das três viaturas feita através de *leasing* operacional já incluía aquelas despesas, bem como, os seguros, pneus, avarias, entre outros. -----

-----Revelou também que a análise tinha sido efetuada tanto a nível financeiro como operacional e lembrou que aquele investimento não onerava de uma forma tão imediata as contas do Município. Revelou ainda que com aquela aquisição, o Município de Odemira ficava com seis viaturas em boas condições e mais uma que serviria para efetuar substituições sempre que fosse necessário, o que melhorava muito a programação do serviço, a eficácia da recolha e a imagem do próprio serviço. -----

-----Interveio novamente o senhor João Quaresma que lembrou que aquele contrato rondava os novecentos mil euros e o valor referido pelo senhor Presidente da Câmara relativo à aquisição da viatura no ano anterior era de cerca de cento e oitenta mil euros. Nesse sentido, referiu que a compra de três viaturas de acordo com o valor referido rondaria os quinhentos e quarenta mil euros, o que deixava uma margem de trezentos e sessenta mil euros para despesas de manutenção. Em face do exposto perguntou se aquele valor não chegaria para a manutenção dos veículos durante o mesmo período de tempo e, bem assim, lembrou que na compra ficaria também o valor residual da viatura. -----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que lembrou que os trezentos e sessenta mil euros diluídos nos sete anos dava apenas cinquenta mil euros por ano para a despesas de conservação e manutenção, seguros, entre outras, de três viatura pesadas, o

27-04-2012

que era manifestamente insuficiente. Disse ainda que a experiência demonstrava que em média a partir do quinto ano as viaturas começavam a ter acréscimos significativos de despesas de manutenção e conservação. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, cinco votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que apresentou a seguinte Declaração de Voto verbal: “A CDU votou contra em maioria sobre este ponto porque não lhe pareceu ser a gestão mais adequada às circunstâncias.” -----

----- **Ponto nove:** AQUISIÇÃO DE TINTAS, PRODUTOS DE PRÉ-TRATAMENTO, PRODUTOS PARA TRATAMENTO DE MADEIRA E DILUENTES PARA APROVISIONAMENTO DO ARMAZÉM MUNICIPAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito barra dois mil e doze de vinte e um de fevereiro: -----

----- “12 - ASSUNTO N.º 0260-2012 - AQUISIÇÃO DE TINTAS, PRODUTOS DE PRÉ-TRATAMENTO, PRODUTOS PARA TRATAMENTO DE MADEIRA E DILUENTES PARA APROVISIONAMENTO DO ARMAZÉM MUNICIPAL-----

----- Foi presente a informação nº 204/12/CMP datada de 2012/04/18, elaborada pela Divisão Financeira e de Aprovisionamento, na qual consta que por despacho exarado pelo senhor vereador Ricardo Cardoso, em 09/02/2012, procedeu-se à abertura do procedimento de

27-04-2012

aquisição em epígrafe, nos termos da alínea a), nº1, artº 20º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artº 36º e artº 38º do mesmo Código. Estando previsto compromissos plurianuais, solicita-se autorização prévia à Assembleia Municipal nos termos da alínea c), nº1, artº6º da Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro.-----

-----Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento e, bem assim, que seja submetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

-----A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto dez:** FORNECIMENTO DE PNEUS PARA APROVISIONAMENTO DO ARMAZÉM MUNICIPAL PELO PERÍODO DE UM ANO OU ATÉ AO VALOR DE €86.732,00 – CONCURSO PÚBLICO Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito barra dois mil e doze de vinte e um de fevereiro:-----

-----“13 - ASSUNTO N.º 0261-2012 - FORNECIMENTO DE PNEUS PARA APROVISIONAMENTO DO ARMAZÉM MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 1 ANO OU ATÉ AO VALOR DE € 86.732,00 - CONCURSO PÚBLICO-----

-----Foi presente a informação nº205/12/CMP datada de 17/04/2012, elaborada pela

27-04-2012

Divisão Financeira e de Aprovisionamento, na qual consta que por despacho exarado, pelo senhor Presidente da Câmara, em 10/01/2012, procedeu-se à abertura do procedimento por concurso público, nos termos da alínea b), nº1, artº 20º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b) nº1, artº 16º do mesmo Código, para aquisição do material em epígrafe. Estando previsto compromissos plurianuais, solicita-se autorização prévia à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), nº1, artº 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.

----- Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento e, bem assim, que seja submetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto onze:** AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão, para apreciação e deliberação nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito barra dois mil e doze de vinte e um de fevereiro:-----

----- “14 - ASSUNTO N.º 0262-2012 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL DO MUNICIPAL DE

27-04-2012

ODEMIRA - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL -----

-----Foi presente a informação nº212/12/CMP datada de 19/04/2012, elaborada pela Divisão Financeira e de Aprovisionamento, na qual consta que por despacho exarado por deliberação de Câmara realizada em 1/09/2011, procedeu-se à abertura de procedimento por Concurso Público internacional nos termos da alínea b), nº1, artº 20º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artº 36º e artº 38º do mesmo Código, para aquisição do serviço em epígrafe. Na sequência da deliberação de Câmara de 05/04/2012 foi enviado à empresa adjudicatária a minuta do contrato para aprovação da mesma, decorrido o prazo de reclamação dever-se-á proceder à celebração do contrato escrito. Estando previsto compromissos plurianuais, solicita-se autorização prévia à Assembleia Municipal nos termos da alínea c), nº1, artº 6º da Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro. -----

-----Propõe-se que seja tomado o devido conhecimento e, bem assim, que seja submetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

-----A Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.” -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto doze:** GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL - RECURSO A RESERVAS DE RECRUTAMENTO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO

27-04-2012

PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- "1 - ASSUNTO N.º 0253-2012 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL - RECURSO A RESERVAS DE RECRUTAMENTO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO -----

----- Foi presente a informação n.º 49, datada de 12 de abril de 2012, elaborada pela Divisão de Recursos Humanos, nos termos definidos pelo art.º46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30/12 (Orçamento do Estado para 2012), referente ao recrutamento para constituição de relações jurídicas de emprego público nas modalidades previstas na lei, mais concretamente o recurso a reservas de recrutamento, de acordo com o disposto no art.º 40.º da Portaria n.º 83-A/2009 republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6/04.-----

----- Da supracitada informação consta que de acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, só em situações excecionais e devidamente fundamentadas podem as autarquias locais proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida sendo que esse carácter excecional carece de aprovação do órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo.-

----- Face ao deficit de trabalhadores na Divisão de Comunicação e Informação e na Divisão de Ordenamento, Planeamento e Obras e sendo necessário assegurar o normal funcionamento dos sectores de arquivo e do sistema de informação geográfica propõe-se, tendo em conta uma correta gestão dos recursos humanos; a existência de reservas de recrutamento constituídas no seguimento de procedimentos concursais comuns para constituição de relações

27-04-2012

jurídicas de Emprego Público, por tempo indeterminado, nas seguintes categorias: Assistente Operacional (Arquivo) para a Divisão de Comunicação e Informação - 1 posto de trabalho; Técnico Superior (SIG) para a Divisão de Ordenamento, Planeamento e Obras – 1 posto de trabalho; a previsão nos Mapas de Pessoal anexos ao Orçamento do Município para o corrente ano, dos postos de trabalho acima indicados, viabilizando, assim, os recrutamentos pretendidos, bem como, a previsão em Orçamento, aprovado em sessão de Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2011 e respetiva cabimentação, dos encargos a suportar com os novos recrutamentos, o recrutamento de dois trabalhadores para as categorias de Assistente Operacional (Arquivo) e Técnico Superior (SIG), com recurso às listas de reserva de recrutamento de procedimentos concursais para recrutamento por tempo indeterminado. -----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para deliberação.” --

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto treze:** PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ODEMIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“2 - ASSUNTO N.º 0214-2012 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ODEMIRA-----

-----Foi presente a informação n.º 216/2012, datada de 28 de março, proveniente da

27-04-2012

Divisão de Rede Viária e Espaço Público, na qual consta que o art.º 19 da Proposta de Alteração do Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira continha uma incorreção na redação da alínea a) do n.º 1, nomeadamente onde se lê “São temporárias as sepulturas para inumação por cinco anos, findo os quais poderá proceder-se à exumação ou ser autorizado o prolongamento da inumação nos termos do n.º 3 do artigo 29º.”, deverá ler-se “São temporárias as sepulturas para inumação por cinco anos, findo os quais poderá proceder-se à exumação ou ser autorizado o prolongamento do prazo da inumação.”.-----

-----Da informação em causa consta ainda que terminou o prazo para apreciação pública da Proposta em apreço, publicada no Diário da República, 2ª Série – n.º 40 – 24 de fevereiro de 2012, sem que tenha sido apresentada qualquer sugestão. -----

-----Em face do exposto propõe-se que seja aprovada definitivamente a Proposta de Alteração do Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira, com a inclusão da alteração sugerida pela Divisão de Rede Viária e Espaço Público e, bem assim, que a mesma seja submetida para apreciação e deliberação da Exmª Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se a apreciação e deliberação do assunto nos termos propostos. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto catorze:** CONVITE PARA CONFRADE DE HONRA DA CONFRARIA DO MEDRONHO “OS MONCHIQUEIROS”: Foi presente a proposta que seguidamente se

27-04-2012

transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“1 - ASSUNTO N.º 0127-2012 - CONVITE PARA CONFRADE DE HONRA DA CONFRARIA DO MEDRONHO "OS MONCHIQUEIROS"-----

-----Foi presente a informação n.º 151, datada de 16-02-2012, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico, a informar que a Confraria do Medronho “Os Monchiqueiros” convidou o Município para Confrade de Honra da referida Confraria, o qual tem por objeto a defesa, a divulgação, a edição e a valorização do medronho da serra de Monchique, bem como todos os saberes e tradições que lhe estão associados. -----

-----De acordo com o art.º 7º do regulamento da Confraria: “são considerados Confrades de Honra as personalidades ou instituições de reconhecido prestígio ou cuja integração na Confraria contribua para a sua valorização”, estando isentos da obrigatoriedade do pagamento de Joia e Quotas, pelo que se propõe que o Município aceite o convite para Confrade de Honra da Confraria do Medronho – “Os Monchiqueiros”. -----

-----Para apreciação e deliberação.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto quinze:** DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ANÁLISE TÉCNICA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DOIS MIL E

27-04-2012

DOZE: Foi presente o ofício número quatro mil novecentos e noventa e um, datado de vinte de março do corrente ano, enviado pelo Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais do Município de Odemira que ficará arquivado no maço de documentos desta sessão, no qual solicitava a designação de um cidadão para integrar a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo, de acordo com o número três do artigo décimo das respetivas Normas de Funcionamento.-----

----- Interveio o senhor Dário Guerreiro que, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte Proposta: -----

----- “O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Odemira propõe a cidadã Dr.^a Deolinda Maria Pinto Bernardino Seno Luís, para integrar a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo de Odemira referente ao ano de 2012.” -----

----- Não havendo mais sugestões de cidadãos para a eleição em causa, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Votantes: trinta votos; -----

----- Votos brancos: um voto; -----

----- Votos a favor: vinte e um votos; -----

----- Contos contra: um voto;-----

----- Votos (abstenção): sete votos.-----

----- Em face do exposto, foi designada com vinte e um votos a favor, um voto contra e sete abstenções, a cidadã Dr.^a Deolinda Maria Pinto Bernardino Seno Luís, para integrar a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo de Odemira referente ao ano de dois mil e doze. -----

27-04-2012

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

-----Não havendo mais nada a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão era uma hora, do dia vinte e oito de abril do corrente ano. -----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----